

OS PROCESSOS DE CANONIZAÇÃO COMO FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL

THE PROCESSES OF CANONIZATION AS SOURCES FOR THE SOCIAL HISTORY

Igor Salomão Teixeira¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumen: Apresentamos os processos de canonização de São Domingos, Santa Clara e Tomás de Aquino. No período em que esses santos foram canonizados, os processos passavam por uma sistematização mais definida. Neste sentido nosso objetivo é, a partir da comparação entre esses três processos, apontar alguns elementos importantes às discussões historiográficas no âmbito da história social, como por exemplo, a identificação e constituição de grupos de interesse. O principal elemento para esta proposta é a consideração dos processos de canonização como fontes jurídicas e importantes registros de relações de poder, sociais e culturais. Para a análise também apresentamos marcos teórico-metodológicos que orientaram a construção do conceito de Tempo da Santidade.

Palabras clave: Processo de canonização; Tempo da Santidade; História Social.

Abstract: This paper is developed on the analysis of canonization processes of St. Dominic, St. Clare and St. Thomas Aquinas. In the moment of their canonization, the processes were changing in a more definite way. We present some theoretical and methodological aspects that lead to the construction of the concept of Time of Sanctity. The process of canonization, as a juridical procedure, is an important register of power and social relationships.

Keywords Process of canonization; Time of Sanctity; Social History.

Recebido em: 26/10/2013
Aprovado em: 05/01/2014

¹ E-mail: teixeira.igor@gmail.com

Introdução

Quando André Vauchez publicou em 1981 sua tese sobre a santidade na Idade Média, fomos brindados com um trabalho exaustivo de levantamento, tabulação e análise de fontes pouco exploradas pela historiografia do medievo.² Vauchez colocou os processos de canonização ocorridos entre os séculos XII e XV em evidência e, desde então, proporcionou uma ampla e diversificada abordagem do fenômeno da santidade no Ocidente Medieval.³ Mais de vinte anos depois fomos novamente agraciados com um estudo inspirador e inovador no que tange a utilização daquele mesmo tipo de fonte não mais para entender o fenômeno da santidade em seus aspectos narrativos e/ou sobrenaturais, e sim, para entender a sociedade e os indivíduos que atuaram, selecionaram, reconheceram valores e disputaram poderes em torno do reconhecimento oficial da santidade, ou seja, a canonização. Trata-se da recente tese de Didier Lett sobre a relação história social e processo de canonização a partir do processo instaurado em 1325 para a verificação da *fama sanctitatis, vita e miracula* de Nicolas de Tolentino.⁴

A principal diferença entre esses dois trabalhos é que Vauchez estava interessado em compreender, na longa duração, como se deu o processo de institucionalização e controle papal sobre a santidade. Para isso analisou as origens de cada santo, a localização dos processos, o sucesso ou não da empreitada. Além disso, Vauchez estava interessado em reconstruir um panorama geral do desenvolvimento daquele fenômeno. Diferentemente, Lett analisou um único caso para evidenciar as relações sociais e os grupos de interesse que poderiam estar envolvidos em torno da canonização do monge agostiniano Nicolas de Tolentino. O autor praticamente não considera a santidade como fenômeno a ser analisado em sua tese, pois está interessado na composição familiar, de renda e gênero dos interrogados. E isso só foi possível, no último caso, porque, antes de olhar para o processo de canonização como um elemento de religiosidade, Didier Lett classificou sua fonte como jurídica e não procurou pelos milagres do santo, e sim, pelo registro da pa-

² VAUCHEZ, André. *La Sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age: d'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*. 2ème éd. Roma: École française de Rome, 1981.

³ A influência mais recente desta obra pode ser verificada no conjunto de textos publicado em 2004: KLANICZAY, Gábor (dir.) *Procès de Canonisation au Moyen Âge: aspects juridiques et religieux*. Roma: École Française de Rome, 2004.

⁴ LETT, Didier. *Un procès de canonisation au Moyen Âge: Essai d'histoire sociale*. (Nicolas de Tolentino, 1325). Paris: PUF, 2008.

lavra de homens e mulheres, clérigos e leigos; considerou o registro das palavras dessas pessoas.

Como fazer de um processo de canonização uma fonte para a história social? Para que servem os dados que a documentação revela? Em que os processos auxiliam na explicação da sociedade? Para responder a essas questões, principalmente a última, é, de fato, necessário deslocar o foco da santidade para a sociedade, da religiosidade para a juridicidade do processo de canonização.⁵

Nosso objetivo é tentar responder a essas questões à luz de considerações gerais sobre a história social bem como do conceito de Tempo da Santidade, sobre o qual dedicamos uma parte específica deste texto. Seleccionamos três processos de canonização para análise: Domingos de Gusmão⁶, Clara de Assis⁷ e Tomás de Aquino.⁸ Consideraremos as características gerais do funcionamento jurídico desse tipo de inquérito e as testemunhas interrogadas.

A fabricação: dos santos à sociedade

Didier Lett escreveu que um processo de canonização permite analisar a “fabricação de uma sociedade”. Essa expressão é uma (re)utilização da forma co-

⁵ Essa análise foi inicialmente desenvolvida em um artigo no qual apresentamos alguns elementos de ordem metodológica para a pesquisa com processos de canonização e relatos hagiográficos. Nesse texto evidenciamos como a forma de registro desses processos é muito semelhante aos processos inquisitoriais de suspeitas de heresias. Argumentamos que, na ausência de manuais para canonização, os manuais de inquisidores poderiam servir como modelo de registro.

⁶ Utilizaremos a edição : *Proceso de Canonización de Santo Domingos* . Apud *Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos*. Esquema biográfico, introducciones, versión y notas de los Padres Fr. Miguel Gelabert, O.P., Fr. José María Milagro, O.P. Introducción General por el Padre Fr. José María de Garganta, O.P. Madrid: BAC, MCMXLVII. p. 267-323. Referências seguintes como PC Domingos de Gusmão, p. xx.

⁷ Para este trabalho utilizaremos a tradução brasileira do Processo, disponível em: http://www.procasp.org.br/paragrafo_capitulo.php?cCapitulo=10&vertudo=1. Notas seguintes: PC Clara de Assis, p. xx.

⁸ PROCESSVS INQUISITIONIS factæ super vitâ, conversatione, & miraculis recol. Mem. Fr. THOMÆ DE AQUINO, Ordinis Fratrum Predicatorum, Sacræ Theologiæ Doctoris, Anno salutis MCCCXIX, Ioannis XXII, Pontificis Max. Pontificatus III, per Vmbertum Archiepiscopum Neapolitanum & Angelum Viterbiensem & Tuscanensem Episcopum, Inquisitores vnà cum D. Pandulfo de Sabello Domini Papæ Notario, super hoc Pontifice deputatos. Apud: Acta Sanctorum. Martii. Tomus I. A Ioanne Bolland S.I. colligi felicit coepta A Godefrido Henschenio et Danielle Paperbrochio eiusdem societatis Iessu aucta digesta & illustrata. Antuperpiæ, apud Iacobum Meursium. Anno MDCLXVIII. pp.686-716. Notas seguintes: PC Tomás de Aquino, p. xx.

mo Jean-Claude Schmitt definiu, em 1984⁹, os textos de Peter Brown sobre o culto dos santos no início do cristianismo¹⁰ e a citada tese de André Vauchez. Schmitt concluiu que ao escolher um santo, uma sociedade não cultuava a memória do indivíduo, e sim, uma construção abstrata baseada em padrões hagiográficos. Apesar de não caracterizar nem definir quais e como seriam esses padrões, o autor apontou algumas direções, como a relação com os mortos, a intercessão junto a Deus, a importância das relíquias e do lugar de sepultamento.¹¹

No mesmo período, e com orientação teórica claramente weberiana, Dolnald Weinstein e Rudolph Bell analisaram a santidade a partir de tipos ideais. Segundo os autores, alguns elementos que caracterizariam os santos estão presentes em todos eles, independentemente de sexo, lugar e classe. São cinco aspectos: 1) Graça sobrenatural; 2) Ascetismo; 3) Boas ações; 4) Poder da palavra e 5) Atividade evangélica. Os santos demonstrariam esses elementos a partir da relação com o corpo e dos sinais da escolha divina – expressa desde a infância, quando não, antes do nascimento.¹²

Desta forma, os autores não trabalharam com a noção de mentalidade, tal qual Vauchez expressou em sua obra, e sim, procuraram definir as características da produção do texto hagiográfico e a condição do hagiógrafo. Para Weinstein e Bell, o hagiógrafo trabalha para atender a expectativas – implícitas e explícitas – de acordo com seu bispado, os interesses de sua Ordem religiosa, interesses políticos e, quando possível, as expectativas dos devotos locais (clérigos e leigos). Mas, essencialmente, o hagiógrafo seria um “agent of mythmaking mechanism”.¹³

De uma maneira geral, esses estudos privilegiavam a documentação em torno da santidade para analisar a construção do fenômeno, a caracterização do santo, dos lugares de culto e das narrativas sobre suas vidas e milagres. Principalmente, o olhar era amplo, abrangente sobre a “santidade medieval”. O olhar começa a se modificar a partir do momento em que análises mais pontuais são direcionadas à construção específica da santidade em torno de um homem, mulher,

⁹ SCHMITT, Jean-Claude. “La Fabrique des saints (Note Critique)”. In: *Annales HSS*. Année 1984, vol. 39, n°2. p. 286-300.

¹⁰ BROWN, Peter. *The cult of the saints: Its Rise and Function in Latin Christianity*. Chicago: UCP, 1982.

¹¹ SCHMITT, Jean-Claude Schmitt. “La fabrique des saints (Note Critique)”. Op. cit. p. 288.

¹² WEINSTEIN, Dolnald e BELL, Rudolph. *Saints & Society: The two words of western Christendom (1100-1700)*. Chicago: UCP, 1982.

¹³ Idem, p.13.

clérigo, leigo, rei, ou mesmo para analisar questões teológicas, como fez Alain Boureau.¹⁴ A obra organizada por Gábor Klaniczay em 2004 tem, neste sentido, o mérito de apresentar diferentes facetas que compõem a construção da santidade para além da religiosidade e o eixo central dos textos reunidos está na novidade e na sistematização jurídica empregada para a investigação e análise das provas de santidade e dos milagres.¹⁵

Neste contexto, então, que se insere a obra de Didier Lett. Este historiador apresentou em 2006 uma tese sobre sociedade, poder e disputas políticas na região conhecida como as Marcas de Ancona (Macerata, Tolentino, São Genésio, Camerino e São Severino), no sudeste da Península Itálica. A partir do processo de canonização de Nicolas de Tolentino, aberto em 1325, após autorização do papa João XXII, o autor defendeu o uso desse tipo de documentação para análises que extrapolem o fenômeno da santidade. Transformada em livro e publicada em 2008, a tese é dividida em sete partes e apresenta as minúcias e os componentes de um inquérito tendo em vista o reconhecimento oficial da santidade. Mas vai além: o autor propõe um interessante e significativo ensaio de história social.

Nicolas de Tolentino foi um eremita agostiniano, nascido em Santo Ângelo de Pontano, perto de Tolentino. Aos quatorze anos entrou para a Ordem de Santo Agostinho (ordem reconhecida pelo papa em 1256), fez seu noviciado em São Genésio e foi padre em Cingoli antes de se instalar no convento de Tolentino em 1275, onde ficou até sua morte, em dez de setembro de 1305. O primeiro inquérito para sua canonização foi realizado em 1325 e terminou sem que fosse autorizado e reconhecido seu culto, o que só aconteceu em 1446. Além do processo de canonização, há um texto produzido imediatamente após o inquérito de 1325, de autoria atribuída a Pietro de Monterubbiano, que utiliza os depoimentos.

O principal objetivo de Didier Lett é considerar o processo como uma peça jurídica e não como um pressuposto necessário para o (re)conhecimento da santidade na sociedade medieval. Neste aspecto, contrapõe-se ou, no mínimo, coloca-se

¹⁴ BOUREAU, Alain. "Miracle, Volonté et imagination: la mutation scolastique (1270-1320)". In: *Miracles, prodiges et merveilles au Moyen Âge*. Paris: Sorbonne, 1995. p. 159-172. E _____. "Saints et Démons dans les procès de canonisation du début du XIVe siècle". In: KLANICZAY, G. (dir.). *Procès de Canonisation au Moyen Âge*. Op. cit. p.199-220.

¹⁵ Cf. na obra de Klaniczay os textos de Aviad Kleinberg, "Canonization Without a canon", p. 07-18; do próprio Gábor Klaniczay, "Proving Sanctity in the canonization processes (Saint Elizabeth and Saint Margaret of Hungary)", p. 117-148 e de Paolo Golinelli, "Social aspects in some Italian canonization trials: the choice of Witnesses", p. 165-180.

em outro ponto de partida em relação aos estudos sobre a santidade e, mais ainda, evidencia que os processos de canonização podem explicar uma sociedade.

Para reconstruir essa sociedade, o autor utilizou também documentação local, como a *riformanza*, espécie de lista dos habitantes mais ricos de Tolentino no ano de 1312. Essa fonte permitiu cruzar as informações com as dos depoentes e testemunhas no processo de 1325 e identificar os “nobres” que participaram do mesmo. Para Lett, o processo permite ao historiador analisar grupos sociais diferentes, como os dominantes (que demandam e ordenam a abertura do processo) e os grupos “subalternos” que seriam “pouco habituados às solenidades de uma enquête inquisitorial”; clérigos e leigos; membros de gerações diferentes (como os que conheceram Nicolas de Tolentino e os que não conheceram a não ser os milagres do santo); homens habituados aos espaços públicos e mulheres que raramente frequentam esses lugares predominantemente masculinos.

O autor analisa os seguintes aspectos: Como obter uma bula para autorização de um processo? Como se fabrica um santo? Como foi produzida a documentação e o que ela produziu? Como se processa a seleção das testemunhas e como analisá-las a partir das categorias de análise, como gênero? Quais as condições de produção escrita dos depoimentos orais? Quais as relações entre os depoimentos e o espaço no qual foram produzidos? E, por fim, como se exprime a dominação social a partir do que um processo de canonização permite ler sobre a sociedade?

O autor procura resposta para essas questões considerando os dados fornecidos pelo processo e nas relações entre a região das Marcas de Ancona e o papado de Avignon, especificamente, o pontificado de João XXII. O que mais chamou a atenção de Didier Lett foi a ausência quase total de referências a Nicolas de Tolentino antes de 1324. Segundo o autor, nem nas atas dos capítulos gerais da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (OESA), nem nas cartas dos membros da mesma Ordem, bem como em testamentos, relatos de festas litúrgicas há menção a cultos, milagres ou doações em nome do candidato a santo. O nome de Nicolas é raramente citado, o que, talvez, explique o insucesso do primeiro inquérito. Afinal, entre os mais de trezentos interrogatórios e outros documentos oficiais havia um abismo. Seria um indício da ausência da fama sanctitatis, pois, enquanto os interrogados afirmavam milagres realizados em vida e muitos outros após a morte, por que esses fatos não estavam registrados a não ser na memória dos envolvidos no processo?

A partir deste ponto, então, o autor inicia o caminho à procura dos grupos de interesse para que Nicolas de Tolentino fosse canonizado: A OESA, o papado,

as elites? Certamente, a Ordem precisava, assim como as outras de seu tempo – dominicanos e franciscanos, por exemplo – de um santo para sua legitimação. Entretanto, o ponto alto da tese de Didier Lett é o olhar aproximado sobre as elites das Marcas de Ancona. Além disso, o olhar sobre o controle pela canonização como forma de manutenção do poder papal.

Para o autor, autorizar a abertura do processo sobre Nicolas de Tolentino podia ser uma satisfação dada pelo papa à fidelidade das elites locais nos conflitos contra o imperador e uma espécie de reconquista espiritual da região. Também representaria uma forma de controlar o crescimento das cidades na medida em que, mesmo distante em Avignon, o papa mostraria presença administrativa, garantiria impostos e manteria as *quasi-città* dependentes economicamente. A atuação de João XXII também teria sido imitada por Nicolas de Tolentino, como deixa a entender o processo. Isto porque a região mostrava-se repleta de conflitos, rebeldes e cativos e o papa puniu, intercedeu a favor e restabeleceu a ordem. O mesmo operado por Nicolas com seus milagres, liberando presos e punindo os rebeldes.

Seguindo os levantamentos estatísticos extraídos do processo de Nicolas de Tolentino, Didier Lett apresenta o *status* social das testemunhas e os números que o permitiram constatar uma predominância de nobres e clérigos em relação ao *petit peuple* e aos leigos. O autor também encontrou denominações relacionadas ao nível de instrução/cargo/ocupações, como *lector*, *mercator*, *medicus*, além de notários e homens das leis. Em relação às mulheres o autor afirmou que de oitenta e nove depoimentos, setenta e duas mulheres são denominadas como *domina*, que significa que são ou foram casadas. O autor conclui que, embora o sucesso da santidade de Nicolas de Tolentino fosse mais garantido se atuasse junto a todos os grupos sociais, no processo de canonização os nobres predominam.

Esses dados revelam que Didier Lett teve a oportunidade de lançar um olhar microscópico sobre a sociedade das Marcas de Ancona. A riqueza dos inquéritos de 1325 se destaca em relação a outros processos contemporâneos, como o de Tomás de Aquino (canonizado em 1323). Neste, verificamos a participação de um número inferior de interrogados, inclusive, a ausência de mulheres interrogadas no primeiro inquérito.

Embora o autor mencione em algumas passagens alguns dados de processos contemporâneos, um dos pontos fracos da tese em questão, na verdade, é a ausência de uma reflexão mais ampla sobre a configuração dos processos de canonização no papado de João XXII. Por exemplo, ao não considerar e/ou ao não comparar dados muitas vezes o autor exacerba a singularidade da peça jurídica que

tem em mãos. Embora seu objetivo seja a micro-análise, a não consideração do conjunto transforma-se num risco. A exemplo do que acontece no processo de Nicolas de Tolentino e nas observações feitas por Lett, os milagres de Tomás de Aquino também não foram registrados nas atas dos capítulos gerais da Ordem dos Pregadores. Nem por isso o dominicano deixou de ser canonizado.

O que explicaria? Na interpretação de Lett seria um indício de ausência de culto ou de *fama sanctitatis*. Mas também poderíamos considerar, como fez o autor, que a autoridade (tanto política quanto religiosa) dos interrogados atuaria no sentido de reparar a ausência desses cultos. Se sim, por que um foi canonizado e o outro não? A resposta pode estar na fabricação das sociedades analisadas, como sustenta Lett, mas não no âmbito interno (ricos, pobres, homens e mulheres interrogados), e sim, especificamente como essa sociedade se relacionava com a autoridade que tinha a tutela do reconhecimento oficial da santidade, ou seja, o papado.

Neste sentido apontaremos dois caminhos. O primeiro deles procura demonstrar como o processo de canonização fornece dados para a caracterização de uma sociedade. Para isso, realizamos uma breve revisão bibliográfica de textos clássicos sobre história social. O segundo, valendo-se das conclusões do primeiro, potencializa a explicação das relações entre papado, ordens religiosas e as controvérsias teológicas no pontificado de João XXII e, ao mesmo tempo em que apresenta o processo de canonização como uma importante porta de entrada, revela também suas deficiências para o tipo de pergunta elaborada.

Características gerais da história social: debates e orientações

A primeira questão colocada é sobre a possibilidade de se separar o social do cultural. Eric Hobsbawm escreveu que “a história social nunca pode ser uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado”.¹⁶ Hebe Castro questionou se existe uma história que não seja social e apontou que “a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam”.¹⁷ Além disso,

¹⁶ HOBSBAWM, Eric. “Da história social à história da sociedade”. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87.

¹⁷ CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 46.

acrescentou que o nexa central da história social é priorizar “a experiência humana e os processos de diferenciação dos comportamentos e identidades coletivas – sociais – na explicação histórica”.¹⁸

Como espaço de investigação, a história social possui uma história, ou seja, o processo de constituição e transformação das formas de se entender e de se abordar o social no tempo. Eric Hobsbawm escreveu um artigo na década de 1970 que até hoje é leitura obrigatória para os que se aventuram nesse tipo de empreitada. O autor propõe três acepções para a história social: a primeira trata da história dos movimentos sociais (o que englobaria a história do trabalho e das organizações socialistas); a segunda, ocupando-se dos costumes e do cotidiano, englobaria outros grupos sociais, além das classes inferiores. Por fim, a terceira acepção enfoca a relação entre o social e o econômico, com preponderância deste.¹⁹ Além disso, afirmou que uma abordagem do social não deveria caminhar em direção ao que as sociedades têm em comum entre si, e sim, ao que elas não têm em comum e que essa abordagem é interessada na “história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas”.²⁰

Esta seria uma segunda questão apontada pela história social: se seu objeto são os grupos, ou “unidades de pessoas”, como defini-las? Para Hobsbawm, inicialmente é preciso aplicar um modelo, que pode ser definido por critérios externos e que consensualmente é caracterizado nos seguintes traços: 1) Ambiente material e histórico; 2) Forças e técnicas produtivas; 3) Estrutura da economia resultante; 4) Relações sociais que derivam da economia e 5) Instituições e funcionamento da sociedade. O autor aponta também que a comparação e os movimentos econômicos compõem o cerne das análises.²¹

No que tange aos recortes temáticos de investigações em história social, Hobsbawm aponta seis: 1) Demografia e parentesco e 2) Estudos urbanos. Estes, segundo o autor, já se constituíram como campos de estudos muito específicos. 3) Classes e grupos sociais; 4) “Mentalidades”, “consciência coletiva”, e relações com a antropologia; 5) Transformação das sociedades e 6) Movimentos sociais.²² Hobs-

¹⁸ IDEM. *Ibid.* p. 54.

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. “Da história social à história da sociedade”. *Op. cit.* p. 83-84.

²⁰ *Ibid.*, p. 92.

²¹ *Ibid.*, p. 93-94.

²² *Ibid.*, p. 95-97.

bawm considera que, em geral, houve uma proliferação de fontes potenciais para o estudo das classes, das mentalidades e das tensões sociais. Porém, nenhum daqueles recortes está livre de problemas. No caso das classes, o autor aponta que a abundância documental impõe a necessidade de um trabalho em equipe e que o próprio conceito de “classe” e as mudanças no tempo são difíceis de mensurar e definir, já que “a pesquisa sobre classe deve portanto envolver o resto da sociedade da qual ela é parte”.²³ O problema do recorte também está presente no estudo das tensões sociais, das crises, pois, há o risco de se isolar o fenômeno da crise do “contexto mais amplo de uma sociedade em transformação”.²⁴

Em relação à história das mentalidades, a proximidade cronológica do texto de Hobsbawm com o início dos debates em torno dos limites e possibilidades de propostas como as de Jacques Le Goff e os ataques sobre a imprecisão do termo implica em uma crítica discreta. Segundo este historiador francês,

O nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum.²⁵

As mentalidades contribuíram, no entanto, mais para a chamada história cultural do que para a social. É importante, no entanto, ter em mente que a chamada “Escola dos Annales” desempenhou um papel nas renovações dos objetos e problemas sobre a história social. Jacques Revel aponta três transformações oriundas do projeto dos *Annales*: inicialmente, a idéia de “medir os fenômenos sociais a partir de indicadores simples ou simplificados”, como níveis de distribuições (profissionais, nascimentos, falecimentos), preços/renda/fortunas, além da utilização de uma documentação testamentária, que possibilitou análises sobre a atitude dos homens diante da morte, por exemplo. Isto porque esses indicadores podem ser dados isolados que permitem um acompanhamento “no tempo”.²⁶ A segunda

²³ Ibid., p. 99.

²⁴ Ibid., p. 102.

²⁵ LE GOFF, Jacques. “As mentalidades: uma história ambígua”. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (Dir.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 71. O texto foi originalmente publicado em 1974.

²⁶ REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 09-10.

transformação viria pelo estudo das regularidades do social e o interesse nos sistemas e estabilidades, principalmente para sociedades pré-industriais na longa duração. Por fim, o projeto científico dos *Annales*, que priorizava a elaboração de hipóteses que eram colocadas à prova, se transformou em “dados classificados de acordo com categorias sedimentadas e não criticadas, descritas mais que analisadas, e que pensa triunfar hoje com o estoque informatizado de enormes bancos de dados inertes”. Nesta passagem, Revel tece uma crítica ao “achamento da pesquisa” e as relações com a história econômica.²⁷

Como resposta ao esfacelamento do objeto e à crise de paradigmas, Jacques Revel aponta para a micro-história italiana. A partir da obra *A Herança Imaterial*, Revel considera que a “abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva”.²⁸ Além disso, a micro-história é caracterizada por este historiador como experimental e que não trabalha com um contexto que enquadra a ação dos sujeitos, fazendo do social um objeto “que deve ser construído a partir de interrogações cruzadas”. Interrogações estas que surgem do dossiê prosopográfico elaborado por Giovanni Levi.²⁹

A micro-história também foi considerada por Natalie Z. Davis como um campo eficaz para o estudo do social e que tem sua especificidade no seu ponto de partida, tentando não fazer do micro uma redução do macro. A autora distinguiu dois tipos de história social: uma clássica, que expressaria vínculos com a sociologia e com a economia, quantitativa e interessada em analisar grupos e classes sociais. A “nova história social”, no entanto, estaria mais próxima da antropologia e da literatura; trabalharia com novas categorias de idade, gênero, raça e religião, cujo interesse é voltado para a formação desses grupos e como eles podem extrapolar os limites de classe. Portanto, segundo Davis, seria mais ampla e interpretativa, ao invés de quantitativa.³⁰ Ao final do texto, no entanto, a autora afirmou que nada impede que métodos diferentes de história social dialoguem e que, inclusive,

²⁷ Ibid., p. 11-12.

²⁸ Ibid., p. 18.

²⁹ Ibid., p. 29-36.

³⁰ DAVIS, Natalie Z. “Las formas de la historia social”. In: *Historia Social*. Nº 10, primavera-verano, 1991. p. 177.

é importante recorrer tanto à história social clássica quanto à nova e que talvez o desafio seja mais literário do que analítico.³¹

É importante ressaltar que o estudo que realizamos não é de micro-história, mas na tentativa de associar “métodos diferentes de história social”, achamos extremamente válido recorrer a estudos desta natureza. Mais ainda, a estudos que partiram de fontes jurídicas que, como já indicamos, aproximam-se da que temos em mãos. Especificamente em relação à utilização de peças jurídicas/inquéritos três obras são importantes: *Montaillou, O Queijo e os Vermes e A herança imaterial*.³² Destes, apenas o primeiro aborda o contexto ao qual nossas fontes estão relacionadas, ou seja, o final do século XIII e início do século XIV. Entretanto, nos três trabalhos os historiadores fizeram considerações de cunho metodológico, as quais são importantes para se abordar fontes cartoriais/inquisitoriais. E é interessante perceber que tanto Ladurie quanto Ginzburg trabalharam com uma forte influência da antropologia. O primeiro, na introdução do texto, coloca o título “Da Inquisição à Etnografia”. Ginzburg, tanto no prefácio, quanto em outras análises também trabalhou com a relação do “Inquisidor como antropólogo”. Giovanni Levi, por sua vez, critica a abordagem contraditória da “experiência” na obra de Edward P. Thompson e defende a utilização de “uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha deixado vestígios documentados”, ou seja, a prosopografia.³³

Resumindo o que já afirmamos em texto anterior, a contribuição desses três estudos para as reflexões que ora exercemos está no despertar para o funcionamento jurídico da documentação e na relação entre aquele que pergunta e aquele que responde. No caso de uma investigação para heresias, não necessariamente o interrogado quer falar, mas a coercibilidade, ou a possibilidade constante do uso

³¹ Ibid., p. 181-182.

³² LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: Cátaros e Católicos numa aldeia francesa, 1294-1324*. Lisboa: Ed. 70, s.d.; GINZBURG, Carlo. *Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, op. cit.

³³ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*, op. cit., p. 45. Indico a reflexão introdutória de Neitard Bulst, “Sobre o objeto e o método da prosopografia”. In: *Politeia: história & sociedade*. Vol. 5, n.1, 2005. p. 47-67, Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/190/211>. Consultado em maio de 2011. Além deste, Cybele Crossetti de Almeida, “Topografia e Estratificação social: representações e mecanismos de poder na cidade medieval”. In: *Anos 90*. Núm. 14, 2000. p. 294-311, Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/download/6806/4104>. Consultado em maio de 2011.

da força física, produz declarações que não necessariamente condizem com o que o interrogado gostaria de falar ou mesmo de silenciar. No caso de um processo de canonização, as testemunhas não estão passíveis ao uso da força física e as declarações tendem a ser mais livres. No entanto, tendemos a concordar com Ginzburg no que diz respeito aos “estereótipos inquisitoriais” que aparecem nas respostas de suspeitos e condenados de heresias, bem como das testemunhas. O estereótipo da canonização é sempre em favor do candidato a santo não havendo declaração que possa desabonar ou contradizer o motivo pelo qual o inquérito era realizado. A partir destas reflexões, então, perguntamos: Quais os limites e possibilidades que a abordagem dos processos de canonização podem revelar sobre a sociedade medieval do final do século XIII à primeira metade do século XIV?

O conceito de Tempo da Santidade

Para responder às perguntas levantadas até o momento e permanecer na linha dos autores que utilizaram expressões como “fabricação” e “construção” tínhamos o conceito de *santidade recente* elaborado por André Vauchez em sua tese. Segundo o autor, a partir do século XIII o período entre a morte e a canonização do santo não ultrapassa uma média de sessenta anos. Discordamos desta construção. O caso de Nicolas de Tolentino é significativo (cento e quarenta e um anos). Temos casos em situação oposta: Antônio de Pádua, Francisco e Clara de Assis (um ano no primeiro caso e dois anos nos casos seguintes).

Essas disparidades levaram à elaboração do que defendemos como *Tempo da Santidade*. Trata-se da observação particularizada dos casos de canonização em que entre a data da canonização e a data da morte (entendido desta forma retroativa) temos o período no qual a santidade foi construída. Em outras palavras, não colocamos os santos canonizados no mesmo intervalo de tempo (século XIII a XIV) em uma média geral na qual as especificidades de cada processo são esvaziadas. Ao contrário, estabelecemos uma categoria que particulariza cada processo e a partir disso permite a construção de comparações.

Para este trabalho, então, selecionamos três processos. Os casos nos fornecem o seguinte quadro de *Tempo da Santidade*: Domingos de Gusmão (canonizado em 1234, processo realizado em 1233, morto em 1221. Tempo da santidade: treze anos), Clara de Assis (canonizada em 1255, processo realizado em 1253, morta no mesmo ano. Tempo da santidade: dois anos) e Tomás de Aquino (canonizado em 1323, processo realizado em 1319 e 1321, morto em 1274. Tempo da santidade:

quarenta e nove anos). São, portanto, tempos distintos de santidade, o que poderíamos classificar como curto (Clara), intermediário (Domingos) e longo (Tomás). Eles também revelam uma composição heterogênea de interrogados quando se trata dos dois santos em relação à santa. Domingos e Tomás foram alvos de dois inquéritos. O fundador da Ordem dos Pregadores teve sua vida, morte e milagres atestados por trinta e seis pessoas e “outras trezentas testemunhas” mencionadas ao final das atas, dentre as quais “muitos religiosos e presbíteros, clérigos, monjas e outras pessoas honestas e fidedignas”.³⁴ A santidade de Tomás de Aquino foi atestada por cento e quarenta e quatro pessoas, dentre as quais quarenta e uma mulheres e cento e três homens. Neste processo, destaca-se o predomínio de leigos (noventa e seis) sobre os ligados a alguma função religiosa/clerical (quarenta e cinco).³⁵ Diferentemente, em um único inquérito e com um número de vinte interrogados, Clara de Assis foi declarada santa em dois anos. Além disso, quinze testemunhas eram mulheres e cinco outros “seculares” (quatro homens e uma mulher) que conviveram com ela na casa dos pais.³⁶

Homens e Mulheres em processos de canonização: *vita, fama et miracula*

A partir desses elementos iniciais podemos perguntar: que tipo de dados um processo de canonização fornece e quais não fornece? Há diferenças no funcionamento entre os processos, por exemplo, no tipo de questão formulada para as testemunhas interrogadas? O que os notários registraram dos depoimentos dos homens e o que registraram nos depoimentos das mulheres? O que registraram dos depoimentos sobre homens candidatos a santos e o que registraram sobre mulheres candidatas? O tempo de santidade distinto (curto, intermediário, longo) interfere no funcionamento dos processos? É possível, em tempos de santidade curtos identificar diferentes grupos de interesse?

Todas essas questões têm o objetivo específico de ressaltar as particularidades do tipo de documentação com a qual trabalhamos. Neste sentido, é importante

³⁴ PC Domingos de Gusmão, p. 315.

³⁵ PC Tomás de Aquino. Não há identificação de três testemunhas, o que explica a soma de 96 + 45 = 141, diferente do total 144.

³⁶ PC Clara de Assis, p. 04-76.

sintetizar o funcionamento de um processo de canonização de modo a entender o resultado material da documentação à qual temos acesso.

Um processo geralmente inicia-se com demandas externas às cúrias pontifícias. Os casos que analisamos são oriundos de duas ordens religiosas mendicantes, frades menores e frades pregadores ou franciscanos e dominicanos. O papa recebe essas demandas iniciais e autoriza ou não abertura de inquérito. Nos três casos temos acesso às bulas de autorização. O papa nomeia os responsáveis pela condução do inquérito e o tipo de investigação: questões sobre a vida, circunstâncias da morte, virtudes e milagres. Há, para alguns casos, a lista dos *articuli interrogatorii*, ou seja, a lista de perguntas que deveriam ser dirigidas aos interrogados. Inocêncio IV, na autorização para a abertura do processo de Clara de Assis, menciona essa lista como anexo à carta. Porém, não chegou a nós. Temos as seguintes recomendações do Papa:

...ordenamos por carta apostólica à tua Fraternidade que pesquise diligente e solicitamente a verdade sobre sua vida, conversão e comportamento, e também sobre os sobreditos milagres e todas as suas circunstâncias, de acordo com as perguntas que mandamos anexas a esta Bula.³⁷

A orientação de Inocêncio IV é muito próxima da ordenada por João XXII no caso de Tomás de Aquino. A investigação diligente pode ser percebida na forma como os notários registram os processos. Dos depoimentos é feita uma ata que é enviada ao papa e analisada por uma comissão. Se favorável, há a canonização, se não, pode ser realizado um segundo inquérito e/ou a interrupção do processo.

No caso do processo de Clara de Assis, por exemplo, as atas originais em latim são desconhecidas. As traduções atuais do processo têm origem em uma versão para o dialeto da região da Úmbria do século XV. Foi também realizado apenas um inquérito. Para Tomás de Aquino, João XXII publicou uma segunda bula ordenando a realização de outro inquérito, pois no primeiro, de 1319, não julgou suficiente o número de milagres. Os depoimentos de 1321, neste sentido, são significativamente diferentes, pois praticamente não são registradas informações sobre a vida de Tomás de Aquino. Apenas milagres de cura operados, normalmente, na sepultura do teólogo. Além disso, nas sessões de 1319 não há depoimentos de mulheres. A partir deste elemento podemos perguntar: por que às mulheres não foi dada a palavra para se testemunhar sobre a vida de Tomás de Aquino?

³⁷ Inocêncio IV, *Gloriosus Deus* de 15/11/1253 (Autorização do PC de Clara de Assis).

no? Para contrapor este questionamento, podemos fazer o caminho inverso a partir do processo de Clara de Assis, no qual o número de mulheres é superior ao de homens.

Para problematizar a análise proposta, consideramos o processo de Tomás de Aquino. A ausência de mulheres não é a única especificidade do inquérito de 1319. As perguntas também o foram. Do depoimento do dia primeiro de agosto, Petrus de Castro Montes S. Iohannis temos o seguinte registro:

E interrogado primeiro sobre a vida e conversação do dito Frei Tomás, disse que sabia que o dito Frei Tomás era homem de santa vida, honesto, contemplativo, puro, humilde, pacífico e modesto, abdicado dos bens terrestres [...] quase sempre com os olhos elevados para o céu [...] e quase sempre vagava pelo studio, às leituras, às Escrituras, à oração e que todo dia celebrava a missa com lágrimas e muitos o ouviam com devoção.³⁸

Nesta citação, o primeiro trecho em destaque é importante: a pergunta sobre a *conversação* ou *fama* de Tomás de Aquino. Este artigo repete-se nos outros trinta e um interrogatórios de 1319, mas não aparece nos de 1321. Podemos inferir que nem todos tinham condições de atestar sobre a *fama* ou *conversação* de um candidato a santo e que esse quesito foi perguntado às testemunhas mais proeminentes. Naquele primeiro inquérito foram ouvidas pessoas ligadas à casa real da Sicília e frades dominicanos que tinham conhecido Tomás de Aquino.

Sobre a relação “homens e mulheres” nos processos de canonização analisamos os seguintes depoimentos: o primeiro é da Irmã Benvinda, que entrou para o mosteiro de São Damião no mesmo ano que Clara de Assis. O segundo depoimento é de Guillermina, que depôs em Toulouse sobre Domingos de Gusmão. O terceiro depoimento é de Bona, que depôs em 1321 sobre Tomás de Aquino:

A Irmã Benvinda, de Perúsia, religiosa do Mosteiro de São Damião, declarou sob juramento que madona Clara, antiga abadessa do Mosteiro de São Damião, se evidenciou de maneira admirável pela humildade. (...) Disse ainda a testemunha que uma irmã do mosteiro, de nome Benvinda, filha de Diambre de Assis caiu gravemente enferma, sofrendo de muitas dores por causa duma grande chaga debaixo do braço. Quando disso tomou conhecimento, a piedosa mãe Santa Clara encheu-se de grande compaixão e

³⁸ PC Tomás de Aquino, p. 702. Tradução livre. Grifos nossos.

rezou por ela. Traçado sobre ela o sinal da cruz, ficou imediatamente curada. Interrogada sobre como sabia do caso, respondeu que primeiro viu a chaga e depois constatou a cura. Perguntando-lhe se tinha presenciado o facto, respondeu que não, mas que ouviu contar a cena. Sobre o tempo em que tudo isto aconteceu, disse não se recordar nem do dia nem do mês, nem quanto tempo passou antes e depois da cura, mas afirmou que a viu curada a partir da altura em que constou que Santa Clara havia traçado sobre ela o sinal da cruz.³⁹

Guilhermina, mulher de Elías Martin, testemunha jurada, disse que ela tecia o cilício que o Santo levava. Sabe também e crê que os testemunhos anteriores são verdadeiros e que se conservou virgem. Comeu com ele mais de duzentas vezes, mas nunca o viu tomar uma quarta parte de um pescado em uma comida ou mais de duas gemas de ovo. Nem beber mais de um copo de vinho, aguado em três partes. Nem o viu comer mais que um pouco de pão. Observou também que, sendo atormentado com muita frequência por gravíssimas dores, os próximos colocavam-no no leito, e ele, de pronto, colocava-se no chão pois não se acostumara a descansar na cama.⁴⁰

No mesmo dia, Bona, mulher de Bartolomeu Pedro Benicassi do Castelo Sermineti, testemunha citada pelo dito Iohannem, nuncio, na presença dos ditos senhores inquisidores, prestou juramento na presença deles, no local predito, da mesma forma e modo preditos, interrogada pelos ditos senhores inquisidores sobre os milagres atribuídos à memória do frade Tomás de Aquino, disse em juramento que viu o dito Bartolomeu, seu esposo, enfermo e com tremores nas mãos durante muitos anos; e neste ano alguns meses atrás, disse que Bartolomeu disse (a ela): “Bona, beato Tomás de Aquino, que você me recomendou, me liberou”. E então viu e viveu ele liberado. Interrogada de quantos anos a dita enfermidade e dias curados, disse que não tinha mais nada a declarar.⁴¹

Temos, então, três possíveis formas de participação ou uso da fala da mulher em três processos de canonização diferentes. No primeiro depoimento uma mulher testemunha sobre a cura e a santidade de outras duas mulheres. No segundo, uma mulher leiga atesta como “verdadeiros” testemunhos anteriores ao dela. No terceiro, uma mulher é convocada para compor a investigação de um milagre de cura do qual seu marido foi o atendido (no processo, o depoimento do marido é imediatamente anterior ao depoimento citado).

A primeira observação a ser feita é a forma como o nome das mulheres é associada a alguma função: religiosa do mosteiro; filha de..., esposa de.... Seria este

³⁹ PC Clara de Assis, p. 14 e 18. Grifos nossos.

⁴⁰ PC Domingos de Gusmão, p. 309. Tradução livre. Grifos nossos.

⁴¹ PC Tomás de Aquino, p. 461. Tradução livre. Grifos nossos.

um elemento da dominação dos homens sobre as mulheres? Afinal, no interrogatório de Bartolomeu Pedro Benicassi não há identificação, como marido de Bona, ou em outros casos, como Pedro Crapário de Sermineto em relação à sua esposa, também interrogada, Marotta, que é identificada como “mulher de Pedro Crapário”.⁴²

No processo de Clara de Assis, os homens interrogados são assim referidos: Hugolino de Pedro Girardone “cavaleiro de Assis”, Rainério de Bernardo “de Assis”, Pedro de Damião “da cidade de Assis”, João Ventura de Assis “homem de armas da casa de seu pai [de Clara de Assis]”.⁴³ Essas constatações corroboram com o que Didier Lett afirmou tanto sobre o tempo da palavra quanto sobre a dominação social nos inquéritos. Porém, se considerarmos, principalmente, os interrogatórios sobre Domingos de Gusmão tomados em Toulouse vamos encontrar um tipo de registro em relação ao depoimento de mulheres que não aparece nos outros dois casos analisados. Trata-se da informação referente a Guilhermina, que afirmou que “os testemunhos anteriores são verdadeiros”. Essa informação está registrada em quase todos os vinte e sete depoimentos com nomes de testemunhas identificados, tanto para os homens quanto para as mulheres. E isso significa que, diferentemente do que foi perguntado somente a homens no processo de Tomás de Aquino, às quatro mulheres referidas nas atas de Toulouse foi perguntado sobre a *fama publica* de Domingos de Gusmão. E é interessante, ainda, notar que essas mulheres estão assim referidas no processo: Berengária (só aparece o nome, sem nenhuma referência “externa” ou “masculina”), Beceda, “monja de Santa Cruz”, Nogueza “de Toulouse”, e Guilhermina, “mulher de Ellías Martin”.⁴⁴

Quanto ao funcionamento dos processos, comparando o primeiro e o terceiro depoimento percebemos que não há diferenças no entendimento do que seria uma investigação diligente e minuciosa sobre os casos relatados. A partir de uma estrutura que tende a se repetir percebemos que, por exemplo, em relação aos milagres, os inquisidores interrogam se as pessoas conheceram e/ou foram agraciadas com esse tipo de intervenção. Geralmente, trata-se de milagres de cura, portanto, perguntam quanto tempo as pessoas viveram doentes, quanto tempo essas

⁴² PC Tomás de Aquino, pp. 462-463.

⁴³ PC Clara de Assis, pp. 68-76.

⁴⁴ Como afirmado anteriormente, este inquérito termina com a informação que outras trezentas pessoas assinaram e testemunharam como verdadeiros os testemunhos. PC Domingos de Gusmão, pp. 305-315.

peças viveram após a cura, onde o milagre aconteceu, quais as testemunhas, o que foi dito no momento do milagre.

Considerações finais

O que esses dados permitem afirmar?

Inicialmente, que entre a segunda metade do século XIII e a primeira metade do século XIV, de fato, percebemos certa padronização do funcionamento dos processos de canonização. Também podemos considerar que há uma diferenciação entre homens e mulheres em relação às formas de identificação e nomeação, seja pela situação social do casamento, seja pela filiação a uma Ordem religiosa – no caso das mulheres. Porém, para os homens também encontramos o que chamamos aqui de referências externas. A diferença é que para os homens as referências são em relação aos seus cargos e/ou funções: cavaleiro, protonotário régio, *magister*, *medicus*. No caso das mulheres, as referências são em relação aos homens: filha de, esposa de, viúva de. Em poucos casos encontramos referências de função, como monja.

Em termos de teoria da história, os processos de canonização são importantes fontes para analisar a relação entre fato e narrativa bem como se dá a construção coletiva de um perfil hagiográfico. Em outras palavras: se considerarmos o caso de Tomás de Aquino e que Guilherme de Tocco (interrogado em quatro de agosto de 1319, foi o responsável para mover o processo de canonização de Tomás de Aquino junto à cúria de Avignon e autor da primeira hagiografia sobre o santo, a saber, a *Ystoria sancti Thome de Aquino*) participou ativamente nessa construção, o processo de canonização é uma das principais – talvez a principal – fonte para analisar as etapas da escrita dessa *Ystoria*.

Em relação à história social, a análise aqui proposta foi favorecida pelo recente entendimento do processo de canonização como peça jurídica. Assim, outros trabalhos, como os de micro-história e prosopografia surgiram a partir de atas desse tipo específico de inquérito. Ou seja, a história social a partir de processos de canonização pode favorecer tanto a elaboração de estudos sobre um único caso ou de casos comparados. Ou, mais ainda, de recortes temáticos, como a questão “homens e mulheres”. Além disso, ao apontarmos as formas diversificadas de tratamento para homens e mulheres temos acesso também a construções sobre a relação entre os gêneros na construção jurídica daquele tipo de processo. No entanto, a proposta enriquece significativamente estudos que privilegiam a participação

das mulheres na sociedade medieval. Um processo de canonização sobre uma mulher é a construção coletiva sobre o que se pensava a respeito das mulheres e como isso podia ser transformado em um texto originalmente jurídico. E em um processo de canonização no qual mulheres foram interrogadas temos, indiretamente, acesso à fala das mulheres na sociedade medieval. Algo que nunca pode ser negligenciado devido ao pouco espaço para tal naquela sociedade.

